



## COMUNICADO



Caros Colegas,

A Ordem dos Engenheiros Técnicos atravessa um momento que exige clareza, serenidade e firmeza institucional.

A OET tem vindo a ser alvo de uma das mais sérias tentativas de desvalorização institucional de que há memória desde a sua fundação e desde a criação do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

A iniciativa recentemente desencadeada pela Ordem dos Engenheiros, no sentido de promover um processo de agregação sem qualquer diálogo prévio com a OET, constitui um precedente que não pode deixar de merecer a nossa mais firme censura institucional.

Com efeito, tal atuação traduz uma tentativa de colocar em causa a autonomia, o património e o percurso histórico da OET, bem como de diminuir a relevância profissional dos seus membros, o que não pode nem será aceite.

No âmbito desta iniciativa, foi apresentada ao Ministério da tutela uma proposta de revisão estatutária. Perante a ausência de qualquer consulta à OET, o Ministério atuou com o rigor e a correção institucional exigíveis, promovendo a auscultação desta Ordem em dezembro de 2025.

Uma iniciativa desta natureza, pelas suas implicações, não pôde deixar de ser objeto de uma reflexão séria e de uma resposta firme, assente no respeito pelos princípios que regem o funcionamento das associações públicas profissionais.

Como tal, durante o mês de janeiro, a OET elaborou a sua pronúncia, documento amplamente discutido pelos órgãos sociais, aprovado por unanimidade em Conselho Diretivo Nacional e ratificada, igualmente por unanimidade, em Assembleia de Representantes, refletindo uma posição clara, coesa e legitimada.

O Senhor Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, veio posteriormente, em comunicação formal de 16 de março, informar de que a proposta apresentada pela OE carecia de diálogo, afirmando inequivocamente que qualquer iniciativa desta natureza exige a concordância de ambas as Ordens.

Esta posição reafirma um princípio essencial, o respeito mútuo entre instituições públicas profissionais e a salvaguarda do equilíbrio no sistema de regulação da engenharia em Portugal.

Todavia, importa registar que, não obstante o esclarecimento inequívoco da tutela, persistem comportamentos e comunicações que procuram desvalorizar o papel da OET, designadamente através da divulgação, em contextos internacionais – na Engineers Europe, na CPLP e na WFEO - de informações que



não correspondem à realidade jurídica vigente, designadamente quanto à representatividade e às competências regulatórias da OET.

Tais práticas, para além de institucionalmente inadequadas, prejudicam a credibilidade do sistema de representação profissional português e não servem os interesses da engenharia nem dos seus profissionais.

Esta postura não afeta apenas a OET, antes compromete o equilíbrio institucional do setor e desconsidera os profissionais que, com competência e dedicação, exercem a sua atividade no âmbito da engenharia.

A OET não deixará de afirmar, com serenidade, mas com total determinação, os direitos que lhe assistem enquanto Associação Pública Profissional, consagrados no seu estatuto, nem permitirá qualquer tentativa de diminuição da sua legitimidade, do seu papel regulador ou da dignidade dos seus membros.

Este é um momento que exige clareza, responsabilidade e firmeza.

A OET continuará a agir com sentido institucional, mas também com a determinação necessária para defender a sua autonomia, a sua história e o futuro dos profissionais que representa.

Estamos certos de que a verdade prevalecerá e de que o respeito institucional será plenamente restabelecido, em benefício da engenharia e do desenvolvimento do país.

*Unidos, afirmaremos o nosso valor e defenderemos, sem hesitação, o lugar que legitimamente nos pertence.*

*José Manuel Sousa*  
Bastonário  
Ordem dos Engenheiros Técnicos